



SÃO PAULO

AGORA É LEI

Assembléia aprova projeto que fecha posto que vender gasolina batizada

► Pela lei, posto que fraudar combustível será excluído do cadastro do ICMS, o que o impedirá de funcionar. Alckmin deve sancionar lei na próxima semana

JOÃO CARLOS MOREIRA

► A Assembléia Legislativa aprovou ontem à noite, por unanimidade, o projeto de lei que cassa a inscrição no cadastro do ICMS de postos de gasolina flagrados comercializando combustível adulterado no estado. Sem a inscrição, o posto é obrigado a fechar. A aprovação da proposta apresentada pelo Governo estadual é considerada um passo importante no combate à fraude que vem se tornando cada vez mais comum no país e que consiste na adição ao combustível de substâncias fora das especificações da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Desde que iniciou a operação "De Olho na Bomba", em dezembro do ano passado, a Secretaria Estadual da Fazenda fiscalizou 488 postos de gasolina no estado e apurou irregularidades em 165 deles. Somente na região metropolitana 117 dos 360 estabelecimentos vistoriados foram flagrados com combustível adulterado. Em outra frente da operação, voltada para os pólos de distribuição de combustível, o Governo aplicou 64 autos de apreensão de produtos, num total de um milhão de litros de combustível e 640 mil litros de solvente.

Pela estimativa de integrantes do Governo, a lei aprovada pode ser sancionada pelo governador Geraldo Alckmin até o final da próxima semana. Com sua entrada em vigor, o posto de gasolina ou o fornecedor flagrados com o chamado

combustível batizado ficarão impedidos de continuar funcionando, já que serão excluídos do cadastro do ICMS tão logo saiam os laudos técnicos comprovando a fraude. Atualmente os postos pegos em flagrante pela fiscalização em geral continuam trabalhando e é lacrada apenas a bomba em que foi constatada a irregularidade.

Confisco

O aperto do cerco aos fraudadores de combustível faz parte dos planos do Governo do estado desde dezembro, quando foram iniciadas as blitz e enviado o projeto de lei à Assembléia. Na quarta-feira, Alckmin comunicou aos integrantes da Mesa Diretora do Legislativo que o segundo passo da ação será um projeto de lei determinando o que chamou de perdimento do combustível adulterado. Ou seja, o produto será confiscado pelo estado, que poderá reprocessá-lo para utilização em outros fins.

"Demos um passo importante no combate à fraude que lesa o cidadão e também o estado, na medida em que permite a evasão fiscal", disse o líder do Governo, deputado estadual Edson Aparecido (PSDB). O projeto foi aprovado com apoio da oposição, após um acordo de lideranças. Também passaram pela votação emendas de deputados, como a que determina que postos de gasolina instalados em hipermercados tenham registro de ICMS específico, não podendo mais utilizar o do ponto da rede mercadista.



FISCAIS da Agência Nacional do Petróleo lacram bomba de posto de gasolina irregular na região central de São Paulo

Operação interdita mais dois postos da Zona Sul

RODRIGO FERREIRA

► As bombas e tanques de mais dois postos de combustível da Zona Sul de São Paulo foram lacradas ontem por venderem combustível adulterado. Quatro dos oito postos fiscalizados em dois dias foram interditados pela operação conjunta entre o Ministério Público, Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) e Procom. Em uma segunda

etapa, a blitz vai fiscalizar postos no Interior do estado.

A fiscalização de ontem foi concentrada no bairro do Ipiranga. Na Rua Conde Vicente Azevedo, o Centro Automotivo Jet Gás apresentou 37% de álcool na gasolina — o permitido é 25%. Já no álcool o teor alcoólico estava em 82% quando o correto é variar entre 92,6% e 94,7%. No posto Petropanther, na Avenida Gentil de Moura,

foi detectado 61% de álcool na gasolina. Nesta quarta-feira, outros dois postos na mesma situação na Acimação também foram interditados.

Em dezembro de 2004 uma grande operação intitulada "De Olho na Bomba" fiscalizou cem estabelecimentos e detectou adulteração de combustível em cerca de 40% das amostras analisadas. Quatro postos foram interditados pela Agência

Nacional do Petróleo (ANP) e três pessoas foram presas. Em fevereiro, outra operação da ANP já havia atuado 34 postos, dos quais 27 foram interditados em 13 cidades do estado. Na região de Jundiá, o Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaerco) apreendeu, no início do mês, documentos que apontam o pagamento de propina a policiais e agentes da ANP.

PRÉDIOS MUNICIPAIS ÀS ESCURAS

Corte de luz gera briga entre Prefeitura e Governo federal

► Presidente do BNDES nega que o banco tenha pressionado a Eletropaulo a fazer os cortes e ameaça processar tucanos

► O corte de energia elétrica de imóveis da Prefeitura de São Paulo provocou ontem uma briga política entre o prefeito José Serra e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, que até ameaçou interpelar o tucano na Justiça. O banco de fomento do Governo federal é sócio da americana AES na Eletropaulo. Serra disse que a empresa de energia não agiu durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (PT) para não se indispor com o comando do BNDES.

"Evidentemente, eles (Ele-

tropaulo) não podiam tomar medidas contra a gestão anterior do PT, que deu calote, porque senão estariam criando um clima de má vontade no BNDES", criticou Serra pela manhã. Perguntado sobre o assunto, Mantega disse que havia uma tentativa de denegrir a imagem do banco. "Estão fazendo ilações. Ele (Serra) que pague lá a conta, resolva o problema com a Eletropaulo e não envolva o BNDES", disse Mantega em entrevista à Rádio CBN.

Mantega acrescentou que o banco entrou como sócio da AES na Eletropaulo — detém

50% menos uma ação da empresa — em razão de problemas ocorridos na privatização da energética paulista, em abril de 1998. "Nós tivemos que fazer a reestruturação (da Eletropaulo) a partir do negócio malfeito pelo Governo Fernando Henrique", afirmou.

Para comprar a Eletropaulo por US\$ 1,8 bilhão, a AES tomou parte do dinheiro emprestado do BNDES. Em 2003, com o pagamento da dívida em atraso, a AES renegociou o débito e, pelo acordo, o banco passou a compor a sociedade. Guido Mantega garantiu, no entanto, que o BNDES não participa da gestão da Eletropaulo.

A tarde, Serra telefonou para Mantega e disse que não havia acusado o banco de pressionar pelo corte de energia. A assessoria de Mantega disse que ele reconsiderou a intenção de interpelar o prefeito, mas que mantém a decisão de agir judicialmente contra o secretário de Finanças, Mauro Costa. "Ele fez insinuações de que teríamos pressionado politicamente a empresa para fazer o corte. Isso é um equívoco", argumentou Mantega.

Ele prometeu recorrer à Justiça contra a Eletropaulo, para que a empresa esclareça que o banco nada tem a ver com os cortes de energia. A ex-prefeita Marta Suplicy também entrou no bate-boca. Disse que o argumento do interesse político "é como uma cortina de fumaça para encobrir a incompetência deles (PSDB)". (Danielle Borges, João Carlos Moreira e Roberta Rodrigues)



NO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO o fornecimento de energia foi normalizado ontem pela Eletropaulo

Cidadão prejudicado pode acionar Eletropaulo

ANA PAIVA

► O corte de energia de serviços essenciais à população por falta de pagamento em países ricos como os Estados Unidos — sede da AES, maior acionista da Eletropaulo — levaria diretores da empresa a responder judicialmente pelo ato.

Segundo especialistas em direito internacional, princípios gerais de direito que regem os países, principalmente os mais desenvolvidos, inibem o corte do fornecimento em escolas e unidades de saúde.

"Como é serviço de utilidade

pública, pode haver a responsabilidade jurídica da pessoa que autorizou o corte", explica o advogado João Grandino Rodas, professor do Departamento de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ele, alguém que se visse prejudicado nesses países entraria com ações de perdas e danos contra os diretores da empresa. "O puro não-pagamento não justificaria o corte."

Rodas explica que o mesmo fundamento se aplicaria também ao Brasil. Ou seja, pessoas que se sentem afetadas com o corte podem responsabilizar

judicialmente o diretor da empresa que autorizou o corte. "O contribuinte paga os impostos", observa. Segundo Rodas, existem também meios para que a Prefeitura cobre a Eletropaulo na Justiça.

A diferença entre o Brasil e países mais adiantados, no entanto, está no fato de que lá as pessoas fazem garantir seus direitos. "Elas não deixariam passar a oportunidade de responsabilizar a empresa por um corte de energia como esse."

Segundo a Prefeitura, cerca de 32 mil pessoas foram afetadas por dia pelo corte de luz.

saiba mais

Em nota, empresa pede desculpas

► Em nota emitida ontem, a Eletropaulo pediu desculpas à população pelo corte de energia em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e três escolas da Subprefeitura da Mooca, na Zona Leste. Segundo a empresa, o terreno que abriga as unidades está cadastrado na Eletropaulo como Centro Esportivo e não como unidade de saúde. A empresa informou que restabeleceu a energia em 85 unidades da Prefeitura. A empresa culpa a Prefeitura pela confusão. "O corte não teria ocorrido se o cadastro estivesse atualizado. A atualização do cadastro na concessionária de energia é de responsabilidade do

cliente, no caso a Prefeitura", diz a nota. A Eletropaulo reafirma que buscou preservar locais que prestam serviços essenciais à população, como saúde e educação. Os cortes foram ocasionados, segundo a empresa, pelo não-pagamento de cinco contas de energia elétrica, que remontam de novembro de 2004 até março de 2005 e totalizam R\$ 52,5 milhões. A Prefeitura, diz a nota, tem débito total de R\$ 636 milhões. A energia da UBS e de três escolas foi restabelecida no final da quarta-feira. O corte afetou 6.000 pessoas só no complexo da Mooca, que abriga, além da UBS e três escolas, uma unidade do Centro de Atendimento Psicossocial e uma da AACD. A UBS marcou consultas e suspendeu o atendimento.

